

**Turismo, Patrimônio Cultural e Poder:  
Mulheres, Negros e Indígenas em Narrativas de Cidades Históricas**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mariana Selister Gomes<sup>1</sup>

Em 2012, a Organização das Nações Unidas criticou Portugal<sup>2</sup> por narrar, em suas escolas, uma história inexata sobre o período colonial. Esta história inexata e mítica (Lourenço, 1999) estaria marcada: pelo silêncio sobre o racismo e o sexismo; pelo reforço do papel do português como civilizador; pela ausência de críticas ao extrativismo, à escravidão, ao colonialismo e à imposição da cultura europeia; e, ainda, pela invisibilidade, inferiorização e folclorização da contribuição de indígenas e africanos. Esta mesma versão luso-tropical (Almeida, 2000; Castelo, 1998) da História é criticada há algum tempo no Brasil (Guimarães, 2005; Munanga, 1999), tendo decorrido destes embates a Lei 10.639/2003, que obriga o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas, complementada pela Lei 11.645/2008, que se refere a História e Cultura dos Povos Indígenas.

Apesar deste debate étnico-racial ter avançado no que tange a historiografia e a educação, o patrimônio cultural e o turismo permanecem pouco questionados neste âmbito e se tornam objeto desta pesquisa<sup>3</sup>. As cidades históricas, através de suas narrativas patrimoniais e turísticas, também (re)produzem versões da História (Choay, 2001; Canclini, 1999; Gastal, 2006) e fazem parte da emergência e consolidação de uma ordem discursiva de saber-poder (Foucault, 1986, 2004, 2008). No que tange ao gênero e ao movimento de mulheres, já no início do século XX, as Sufragistas inglesas denunciaram os museus como espaços de inferiorização<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe. Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). Mestre em Sociologia e Bacharel em História pela UFRGS. Bacharel em Turismo pela PUCRS. E-mail: marianaselister@gmail.com

<sup>2</sup> A crítica da ONU circulou na mídia portuguesa e brasileira. Cita-se, como exemplo, a reportagem "ONU critica Portugal por ensino inexato do passado", de um dos principais jornais brasileiros "O Estadão". Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,onu-critica-portugal-por-ensino-inexato-do-passado-,931220,0.htm>

<sup>3</sup> Pesquisa financiada pelo CNPq e pela CAPES, através da Chamada Pública nº43/2013.

<sup>4</sup> Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,um-velazquez-e-retalhado-pelo-direito-de-voto,9831,0.htm>

Neste sentido, interessou a esta pesquisa adentrar neste espaço de disputas simbólicas, para responder: quais versões da História do Brasil e de Portugal estão sendo difundidas nas narrativas patrimoniais e turísticas de cidades históricas do período colonial? A ordem discursiva luso-tropical (imbricada em relações de poder racistas e sexistas) tem sido reproduzida?

A fim de responder a este problema foi empreendida uma pesquisa empírica, a qual utilizou como metodologia a análise de práticas discursivas (textos, falas e imagens), no âmbito da arque-genealogia do saber-poder, a qual é inspirada no modo de operar de Michel Foucault. As técnicas de coleta de dados foram: pesquisa documental, observação direta e entrevistas. Como material empírico utilizou-se: os discursos expressos nos museus, nos monumentos, no material promocional de turismo histórico-cultural; bem como, aqueles difundidos pelos agentes patrimoniais (gestores) e agentes turísticos (guias de turismo).

Foram analisadas 10 cidades: Salvador, Recife, Olinda, São Cristóvão, Laranjeiras, Outro Preto, Lisboa, Belmonte, Porto e Sintra; abrangendo quase 50 museus. Os resultados demonstraram que apenas dois museus apresentam uma história com olhar crítico sobre a escravidão e abordam as resistências – a exemplo de quilombos, religiões de origem africana e reinvenções do cotidiano. São eles: o Museu do Homem do Nordeste, no Recife; e o Museu Ilã Ohum Lailai, no Terreiro Ilê Axé Opo Afonjá, em Salvador. Mesmo os museus voltados à temática afro, como o Museu Afro-Brasileiro de Salvador (Gomes, 2014), o Museu Afro-brasileiro de Laranjeiras (Gomes & Costa, 2015) e o Museu da Abolição no Recife, nem sempre narram uma história crítica.

A história indígena está praticamente ausente. Por vezes é destacado algum traço indígena na arte barroca, sem nenhuma reflexão. Em alguns museus portugueses está presente o imaginário do “bom selvagem” e do contato harmonioso com o “homem branco”, como no Museu dos Descobrimentos de Belmonte (aldeia onde nasceu Pedro Álvares Cabral). As mulheres aparecem apenas como

submissas (quando são mencionadas). No caso das mulheres brancas, é destacada sua vida reclusa como proteção dos pais e maridos. No caso das mulheres negras, aparecem como mucamas, escravas domésticas, sem qualquer crítica ou referência a exploração laboral e sexual. De maneira geral, conclui-se que está sendo reproduzida uma ordem discursiva luso-tropical em narrativas turísticas e patrimoniais de cidades históricas portuguesas e brasileiras.

### Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Miguel Vale de (2000a), “Tristes luso-tropicais: raízes e ramificações dos discursos luso-tropicalistas”, em Miguel Vale de Almeida, Um mar da cor da terra: raça, cultura e política de identidade, Oeiras, Celta, pp. 161- 184.

CASTELO, Cláudia (1998), O Modo português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961), Porto, Afrontamento.

CANCLINI, Néstor Garcia. (1983) As culturas populares no capitalismo, São Paulo, Brasiliense.

CHOAY, Françoise. (2001) A alegoria do patrimônio, São Paulo, Editora UNESP.

FOUCAULT, Michel (1986), Microfísica do poder, São Paulo, Graal.

FOUCAULT, Michel (2004), Arqueologia do saber, Rio de Janeiro, Forense Universitária.

FOUCAULT, Michel (2008), A Ordem do Discurso, São Paulo, Loyola.

GASTAL, Susana (2006), Alegorias Urbanas: o passado como subterfúgio, Campinas, Papyrus.

GOMES, Mariana Selister (2014), Narrativas Patrimoniais e Turísticas em Salvador: (des)(re)construções do mito da democracia racial brasileira In: Anais do 38º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, ANPOCS.



GOMES, Mariana Selister; COSTA, Eline Ramos (2015). A Naturalização Do Genocídio Africano: Um Estudo De Caso Sobre O Museu Afro-Brasileiro De Laranjeiras/SE. In: III Seminário Museus, Cidades e Patrimônios, Aracaju, UFS.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. (2005), Racismo e anti-racismo no Brasil, São Paulo, Editora 34.

LOURENÇO, Eduardo (1999), "Uma cultura do silêncio", em Jorge Ribeiro, Marcas da Guerra Colonial, Porto, Campo das Letras, pp. 220-222.

MUNANGA, Kabengele (1999), Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra, Petrópolis/RJ, Vozes.